

Reconciliação medicamentosa em pediatria: validação de instrumentos para a prevenção de erros na medicação

Medication reconciliation in pediatrics: a validation of instruments to prevent medication errors

Conciliación medicamentosa en pediatría: validación de instrumentos para la prevención de errores en la medicación

Gabriela Almeida Aranha¹

ORCID: 0000-0003-1797-1981

Andréia Cascaes Cruz²

ORCID: 0000-0003-2264-0140

Mavilde da Luz Gonçalves Pedreira¹

ORCID: 0000-0002-9246-2354

¹Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil.

Como citar este artigo:

Aranha GA, Cruz AC, Pedreira MLG. Medication reconciliation in pediatrics: a validation of instruments to prevent medication errors. Rev Bras Enferm. 2023;76(2):e20210755. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0755pt>

Autor Correspondente:

Gabriela Almeida Aranha

E-mail: gabriela.aranha@unifesp.br



EDITOR CHEFE: Álvaro Sousa
EDITOR ASSOCIADO: Carina Dessotte

Submissão: 31-10-2021 Aprovação: 02-10-2022

RESUMO

Objetivos: elaborar e validar o conteúdo de dois instrumentos para a promoção da reconciliação medicamentosa na transição dos cuidados de crianças hospitalizadas. **Métodos:** estudo metodológico realizado em cinco etapas: revisão de escopo para estrutura conceitual; elaboração da versão inicial; validação do conteúdo com cinco especialistas utilizando a Técnica Delphi; reavaliação; e construção da versão final dos instrumentos. Adotou-se o índice de validade de conteúdo de, no mínimo, 0,80. **Resultados:** foram realizadas três rodadas de avaliação para alcance de índice de validade nos conteúdos propostos, sendo necessária nova análise de 50% dos 20 itens do instrumento destinado às famílias, e 28,5% dos 21 itens destinados aos profissionais. O instrumento direcionado às famílias atingiu índice de 0,93; e o instrumento, aos profissionais, 0,90. **Conclusões:** os instrumentos propostos foram validados, sendo possível prosseguir com estudo de implementação prática para identificar influência na segurança durante a reconciliação medicamentosa na transição dos cuidados. **Descritores:** Reconciliação de Medicamentos; Segurança do Paciente; Pediatria; Erros de Medicação; Relação Profissional-Família.

ABSTRACT

Objectives: to develop and validate the content of two instruments for promoting medication reconciliation for the transition of care of hospitalized children. **Methods:** methodological study, conducted in five stages: scope review for conceptual structure; elaboration of the initial version; content validation with five specialists using the Delphi technique; reassessment; and construction of the final version of the instruments. A content validity index of at least 0.80 was adopted. **Results:** three rounds of evaluation were carried out to reach the validity index of the proposed contents, whereas a new analysis of 50% of the 20 items of the instrument aimed at families, and 28.5% of the 21 items aimed at professionals was necessary. The instrument aimed at families reached an index of 0.93, and the instrument for professionals, 0.90. **Conclusions:** the proposed instruments were validated. It is now possible to proceed with practical implementation studies to identify their influence on safety during medication reconciliation at transition of care.

Descriptors: Medication Reconciliation; Patient Safety; Pediatrics; Medication Errors; Professional-Family Relations.

RESUMEN

Objetivos: elaborar y validar contenido de dos instrumentos para la promoción de conciliación medicamentosa en la transición de atención de niños hospitalizados. **Métodos:** estudio metodológico realizado en cinco etapas: revisión de ámbito para estructura conceptual; elaboración de versión inicial; validación del contenido con cinco especialistas utilizando la Técnica Delphi; re-evaluación; y construcción de versión final de los instrumentos. Adoptado índice de validez de contenido, como mínimo, 0,80. **Resultados:** fueron realizadas tres rondas de evaluación para alcance de índice de validez en los contenidos propuestos, siendo necesario nuevo análisis de 50% de los 20 ítems del instrumento destinado a familias, y 28,5% de los 21 ítems destinados a profesionales. Instrumento dirigido a familias alcanzó índice de 0,93; y el instrumento, a profesionales, 0,90. **Conclusiones:** instrumentos propuestos fueron validados, siendo posible proseguir con estudio de implementación práctica para identificar influencia en la seguridad durante la conciliación medicamentosa en la transición de atención.

Descriptor: Conciliación de Medicamentos; Seguridad del Paciente; Pediatría; Errores de Medicación; Relaciones Profesional-Familia.

INTRODUÇÃO

A segurança do paciente é meta a ser alcançada em qualquer sistema de atendimento à saúde, sendo o erro na medicação considerado um dos mais relevantes dentro desse contexto, devido à alta possibilidade de gerar danos ao indivíduo. Por ser uma intercorrência evitável durante a terapia medicamentosa⁽¹⁻²⁾, a equipe multiprofissional deve estar atenta a todas as etapas envolvidas nesse processo para prevenir os erros na medicação. Os erros de omissão, dosagem, apresentação, frequência ou de via de administração são descritos como os mais frequentes no que concerne aos erros de medicação, estimando-se que em cada cinco pacientes seja acometido por algum tipo de erro⁽³⁻⁴⁾.

A população pediátrica é considerada uma das mais sujeitas ao erro na medicação por fatores como: fármacos com apresentação inapropriada para crianças, necessidade de doses fracionadas e minuciosamente calculadas e falta de comunicação com a família sobre a terapia medicamentosa domiciliar. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)⁽⁵⁾, estima-se que 50% de todos os medicamentos são prescritos, dispensados ou administrados inadequadamente durante e após a hospitalização pediátrica. Diante disso, propõem-se como intervenções para prevenir esses tipos de erros, a orientação adequada e o bom relacionamento paciente-família-profissional, principalmente durante o planejamento de alta de pacientes pediátricos dos serviços de saúde^(1,6).

Um dos momentos críticos para ocorrência de erros na medicação é a transição de cuidados, que se refere à transferência do paciente entre setores do mesmo serviço ou para outros níveis de atenção à saúde. Um exemplo disso é quando o paciente é transferido entre serviços de um hospital, de um setor de atendimento terciário para o domicílio ou durante a transferência para setores de Atenção Primária e/ou Secundária à saúde⁽⁷⁻⁸⁾.

Com o objetivo de prevenir erros na medicação durante a transição dos cuidados, recomenda-se implementar a reconciliação medicamentosa. Essa estratégia consiste na obtenção de uma lista de fármacos, incluindo os que o paciente utiliza no domicílio e os prescritos recentemente, a qual deve ser atualizada a cada nova prescrição, de forma que seja o mais precisa possível. Os setores intra-hospitalares e extra-hospitalares para os quais o paciente é transferido devem ser informados sobre os medicamentos que foram mantidos, alterados ou descontinuados, visando evitar erros de omissão, dose, frequência, intervalo ou via de administração, interação, bem como incompatibilidade medicamentosa^(6,9). Uma das fontes de informação necessárias para realização do processo de reconciliação medicamentosa é o paciente e/ou família. Ele(s) fornece(m), por meio de uma entrevista realizada por equipe multiprofissional devidamente capacitada, como enfermeiro, farmacêutico ou médico, dados para análise farmacológica e clínica entre os medicamentos utilizados no domicílio e os iminentemente prescritos. Na área pediátrica, a presença da família é indispensável. Ao oportunizar sua participação ativa no processo de cuidado, há o estabelecimento de um dos principais fatores que contribuem para a garantia da segurança do paciente⁽¹⁰⁾.

O relacionamento entre enfermeiro e família é o elemento principal do Modelo de Cuidado Centrado no Paciente e Família (CCPF). Tal modelo reconhece toda a família como foco da assistência, assegurando um cuidado fundamentado em quatro conceitos,

que são dignidade e respeito, compartilhamento de informações, participação e colaboração — e a aplicação desses conceitos na prática clínica é facilitada por meio da negociação contínua entre os profissionais da equipe e a família⁽¹¹⁻¹²⁾.

Considerando alguns pontos tais como a reconciliação medicamentosa como estratégia capaz de mitigar erros de medicação, a participação da família como elemento fundamental desse processo e a indisponibilidade de instrumentos que possibilitem a aplicabilidade da reconciliação medicamentosa, verificou-se a necessidade da elaboração de instrumentos para prevenir erros de medicação na transição dos cuidados da criança do hospital para o domicílio.

OBJETIVOS

Elaborar e validar o conteúdo de dois instrumentos para a promoção da reconciliação medicamentosa na transição dos cuidados de crianças hospitalizadas.

MÉTODOS

Aspectos éticos

O estudo seguiu os preceitos da resolução 466/2012 do CNS e foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UNIFESP. A concordância dos participantes na pesquisa foi formalizada com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Tipo de estudo

Trata-se de pesquisa metodológica⁽¹³⁾ que seguiu os pressupostos do COSMIN (*CO*nsensus-based *S*tandards for the selection of *h*ealth *M*easurement *I*nstruments) para o desenvolvimento de instrumentos de medida em saúde⁽¹⁴⁾.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida em cinco etapas: revisão de escopo para estabelecimento da estrutura conceitual; elaboração da versão inicial dos instrumentos; avaliação dos instrumentos por cinco especialistas; validação do conteúdo; e construção da versão final dos instrumentos. A revisão de escopo da literatura visou ao estabelecimento da estrutura conceitual, com foco na identificação dos principais erros de reconciliação medicamentosa na transição dos cuidados, tanto no ambiente hospitalar quanto no domiciliar, apoiando-se na segurança do paciente integrado ao cuidado centrado no paciente e família. Constatou-se que prescrições ilegíveis, abreviaturas nas prescrições, barreiras linguísticas, falta de habilidades de comunicação e múltiplas combinações de medicamentos são alguns dos principais fatores que levam a erros na medicação⁽¹⁾.

Dois instrumentos foram propostos: um destinado às famílias para ser utilizado na transição dos cuidados hospital-casa, e outro destinado aos profissionais de saúde para uso na transição dos cuidados intra-hospitalares. Os instrumentos deverão ser preenchidos por um médico, enfermeiro ou farmacêutico da equipe multidisciplinar que atende a criança; ainda, uma dupla checagem deverá ser realizada por outro profissional de uma das categorias profissionais citadas anteriormente. O instrumento direcionado

às famílias foi norteado por princípios do Modelo de Cuidado Centrado no Paciente e Família, de modo que a participação, o respeito, o compartilhamento de informações e a colaboração estivessem incorporados na comunicação escrita. O instrumento objetiva uma melhor compreensão do plano de alta da terapia medicamentosa pela família da criança mediante um compilado de todas as informações referentes à terapia medicamentosa.

Para proceder com a primeira etapa da avaliação, 23 dias após o envio do convite, os especialistas receberam por correio eletrônico: 1) o TCLE; 2) os instrumentos na íntegra; 3) um roteiro para nortear a avaliação dos instrumentos; 4) um documento para a avaliação do instrumento de reconciliação medicamentosa destinado às famílias; e 5) um documento para a avaliação do instrumento de reconciliação medicamentosa destinado aos profissionais. A segunda e a terceira etapa de avaliação pelo comitê de juízes especialistas foram, respectivamente, realizadas 45 e 90 dias após o retorno da primeira etapa de avaliação.

Fonte de dados

Compôs-se um comitê de juízes especialistas nas áreas de validação, de acordo com os seguintes critérios: I) ser graduado nas áreas de enfermagem, farmácia ou medicina; II) ser especialista (certificado, titulação ou experiência prática profissional de, pelo menos, cinco anos), nas áreas de pediatria, segurança do paciente ou farmácia; e III) atuar ou ter atuado em alguma das etapas do processo de medicação na prática clínica pediátrica/neonatal. Para este estudo, decidiu-se por delimitar a amostra em cinco especialistas com comprovado domínio e experiência na temática, capaz de resultar em efetiva avaliação do instrumento proposto⁽¹⁵⁾. Os juízes foram escolhidos por amostragem não probabilística por conveniência pautada na identificação de reconhecimento acadêmico ou da assistência na área, por serem profissionais que publicavam, atuavam na assistência e ministravam aulas ou palestras em encontros de especialistas que discorrem sobre essa temática. Os especialistas foram convidados por meio de correio eletrônico em abril de 2020, e todos aceitaram participar da pesquisa. O comitê, então, foi composto por um médico pediatra, um farmacêutico com mestrado e atuação clínica, uma enfermeira com doutorado e experiência clínica em pediatria, uma enfermeira com mestrado e experiência em pediatria e uma enfermeira com doutorado especialista em neonatologia. Não há consenso na literatura quanto ao número de juízes, com recomendação de 5 até 20 pessoas participando desse processo⁽¹⁵⁾.

Coleta e organização dos dados

Elaborada a primeira versão dos instrumentos, passou-se ao processo de validação do conteúdo do instrumento. A avaliação dos instrumentos selecionados abrangeu as seguintes dimensões: adequação; objetividade; pertinência; clareza na linguagem; e compreensão do conteúdo. Foi selecionada a Técnica Delphi para a consecução da validação, que consiste em um método de julgamento de informações sistematizado utilizando métodos de escalonamento⁽¹⁶⁾. Este estudo adotou a escala do tipo Likert com pontuação gradual de 1 a 3, em que: 1 = discordo; 2 = não concordo e não discordo; e 3 = concordo.

Análise dos dados

A análise dos resultados incluiu cálculo do índice de validade de conteúdo (IVC), que consiste em um método para avaliar o nível de consenso entre os juízes sobre um determinado item. Foi calculado o IVC para cada item do instrumento e para o instrumento (global); para estimar o IVC de cada item, foi calculado o número de respostas com pontuação 3 ("concordo" na escala Likert), dividido pelo número de avaliadores (cinco); o IVC global foi calculado com a soma dos índices obtidos por cada item, dividida pelo número total de itens. O consenso considerado válido foi de 80%, ou seja, IVC de 0,80; e, em casos nos quais esse valor não foi atingido, outras rodadas de avaliação para o item foram realizadas com os especialistas⁽¹⁷⁾.

RESULTADOS

Os instrumentos de reconciliação medicamentosa destinados aos profissionais de saúde e às famílias passaram por três rodadas de avaliação com o comitê de juízes, uma vez que a análise do IVC demonstrou que alguns itens necessitavam de readequação após a primeira e segunda rodadas, como se vê pelo índice de validade expresso nas Tabelas 1 e 2; e pela descrição das sugestões dos juízes na Tabela 3.

A seguir, a Tabela 1 apresenta o índice de validade de conteúdo do instrumento destinado às famílias nas três rodadas de avaliação.

No instrumento destinado às famílias, foram avaliados 19 itens na primeira rodada: oito itens (cerca de 42%) alcançaram IVC 1,00, e quatro itens (21%) obtiveram IVC 0,80. Dentre os sete itens não validados, seis (31,5%) obtiveram IVC 0,60, e um item (5,2%) foi avaliado com IVC 0,40 (Tabela 1). O IVC do instrumento na primeira rodada foi de 0,80. Todas as sugestões dos especialistas foram analisadas pelos pesquisadores, e as alterações sugeridas visaram abranger as diferentes perspectivas de mudanças propostas. Mesmo em itens validados quanto ao conteúdo, outras ponderações foram levantadas pelos especialistas e, quando consideradas pertinentes e relevantes, incorporadas para nova etapa de análise.

Os itens reavaliados na segunda rodada receberam IVC global de 0,91. Contudo, o item "Diagnóstico(s)" demonstrou necessidade de nova avaliação, pois manteve o IVC de 0,60; a sugestão de adequação solicitava a inclusão de um item complementar para a indicação de comorbidades ou diagnósticos secundários e foi acatada, sendo o consenso obtido na terceira rodada de avaliação.

A seguir, apresenta-se a validação do instrumento de reconciliação medicamentosa destinado aos profissionais de saúde (Tabela 2).

Segundo a Tabela 2, observa-se que sete itens (35%) foram validados com IVC 1,00, 12 itens (60%) com IVC 0,80, e um item (5%) não atingiu o índice mínimo proposto, no caso, o item "Diagnóstico", já que, como no instrumento destinado às famílias, foi proposto pelos avaliadores a adição de itens que abrangessem outros diagnósticos e comorbidades da criança. O IVC global do instrumento após a primeira avaliação foi de 0,86. Os itens não validados foram reformulados pelas pesquisadoras e, com base nas sugestões dos especialistas e nas evidências científicas, sofreram alterações e foram reenviados para análise na rodada seguinte. Os itens que, apesar de validados, receberam sugestões consideradas relevantes foram aperfeiçoados e submetidos a nova etapa de

validação. Dentre estes, inclui-se o item 12 “Informações sobre a alergia da criança”, que, excepcionalmente, obteve redução do IVC de 1,00 para 0,80, devido à não concordância de um dos juízes com a alteração. Para a segunda rodada, estas foram as alterações no instrumento direcionado aos profissionais: o

item “Diagnóstico” foi alterado para “Diagnóstico(s)”; os locais de origem da criança foram generalizados, e foi incluído “Outro serviço”; foi adicionado um espaço destinado às alergias a alimentos; e houve adaptação na disposição das informações sobre os profissionais envolvidos.

Tabela 1 – Relação de itens e índices de validade de conteúdo na validação do instrumento de reconciliação medicamentosa destinado às famílias

Itens	1ª rodada	2ª rodada	3ª rodada
1 Título do instrumento	1,00	1,00*	1,00*
2 Mensagem introdutória para a família	1,00	1,00*	1,00*
Dados de identificação			
3 Nome da criança	1,00	1,00*	1,00*
4 Idade	1,00	1,00*	1,00*
5 Diagnóstico(s)	0,60	0,60**	1,00*
6 Data atual	1,00	1,00*	1,00*
7 Nome do responsável	1,00	1,00*	1,00*
8 Comorbidades	-	-	1,00**
Informações sobre alergias da criança			
9 Alergia a medicamentos	0,80	0,80*	0,80*
10 Alergia a alimentos	0,80	0,80*	0,80*
11 Mensagem de alerta à família	1,00	1,00*	1,00*
Quadro com informações sobre os medicamentos			
12 Prescrição	0,80	1,00**	1,00*
13 Administração	0,60	1,00**	1,00*
14 Modo de preparo/administrações	0,80	1,00**	1,00*
15 Layout do quadro	0,40	1,00**	1,00*
Informações sobre o uso de chás e fitoterápicos pela criança			
16 Uso de chás	0,60	0,80**	0,80*
17 Uso de fitoterápicos	0,60	0,80**	0,80*
18 Campo aberto para descrição de perguntas, dúvidas e considerações da família	1,00	1,00*	1,00*
Identificação dos profissionais que realizaram o processo de reconciliação			
19 Primeira identificação	0,60	0,80**	0,80*
20 Segunda identificação	0,60	0,80**	0,80*
Índice de validade de conteúdo global	0,80	0,91	0,93

**Item com sugestão dos juízes aderida; *Item validado na rodada anterior.

Tabela 2 – Relação de itens e índice de validade de conteúdo na validação do instrumento de reconciliação medicamentosa destinado aos profissionais

Itens	1ª rodada	2ª rodada	3ª rodada
1 Título do instrumento	0,80	0,80*	0,80*
Dados de identificação			
2 Nome da criança	0,80	0,80*	0,80*
3 Data de nascimento	1,00	1,00*	1,00*
4 Idade	0,80	0,80*	0,80*
5 Peso	1,00	1,00*	1,00*
6 Altura	0,80	0,80*	0,80*
7 Nome do responsável	0,80	0,80*	0,80*
8 Diagnóstico(s)	0,60	0,80**	1,00
9 Data atual	1,00	1,00*	1,00*
10 Local de origem do paciente	0,80	1,00**	1,00*
11 Comorbidades	-	-	1,00**
12 Informações sobre alergias da criança	1,00	0,80**	0,80*
Quadro com informações sobre a prescrição e reconciliação medicamentosa			
13 Prescrição	1,00	1,00*	1,00*
14 Conduitas	1,00	1,00*	1,00*
15 Medicamentos de uso no domicílio	1,00	1,00*	1,00*
16 Layout do quadro	0,80	0,80*	0,80*
Informações sobre o uso de chás e fitoterápicos pela criança			
17 Uso de chás	0,80	0,80*	0,80*
18 Uso de fitoterápicos	0,80	0,80*	0,80*
19 Campo aberto para descrição de observações	0,80	0,80	0,80*
Identificação dos profissionais que realizaram o processo de reconciliação			
20 Primeira identificação	0,80	1,00**	1,00*
21 Segunda identificação	0,80	1,00**	1,00*
Índice de validade de conteúdo global	0,86	0,89	0,90

**Item com sugestão dos juízes aderida; *Item validado na rodada anterior.

A Tabela 3 apresenta as alterações de cada item conforme as sugestões e comentários dos juízes no decorrer do processo de validação.

Portanto, o instrumento de reconciliação medicamentosa destinado às famílias atingiu um IVC global de 0,80 na primeira rodada, elevado para 0,91 na segunda rodada; e, após

a terceira submissão, foi de 0,93. O instrumento destinado aos profissionais alcançou um IVC global de 0,86 na primeira submissão; na segunda, 0,89; e, após a terceira rodada de validação, chegou a 0,90.

A seguir, nas Figuras 1 e 2, apresentam-se os instrumentos propostos e validados pelo painel de especialistas.

Tabela 3 – Descrição das sugestões dos juízes e alterações realizadas em cada item dos instrumentos de reconciliação medicamentosa

Item	Comentários/sugestões dos juízes
Instrumento destinado às famílias	
5	Substituir “Diagnóstico principal” por “Diagnóstico(s)”.
8	Incluir item “Comorbidades”.
12	Substituir “frequência” por “Quantas vezes ao dia?”. Substituir as refeições “jejum”, “café da manhã”, “almoço” e “jantar” por períodos “manhã”, “tarde” e “noite”.
13	Substituir o termo “administração” por “em qual horário toma?”.
14	Substituir “modo de preparo” por “Como preparar?”.
15	Alterar a cor de fundo do quadro.
16/17	Adicionar “Quando tomou pela última vez?”. Retirar “recomendações de uso”.
19/20	Alterar a apresentação dos dados. Incluir “unidade/setor” do profissional.
Instrumento destinado aos profissionais	
8	Substituir “Diagnóstico principal” por “Diagnóstico(s)”.
10	Modificar para unidades de internação universais. Adicionar “outros”.
11	Incluir item “Comorbidades”.
12	Substituir “alergia a medicamentos” por “alergias”.
20/21	Alterar a apresentação dos dados. Incluir “unidade/setor” do profissional.

TERAPIA MEDICAMENTOSA – PLANO PARA ALTA

Este documento tem a finalidade de ajudar você a compreender a forma como estará envolvido no uso de medicamentos pela criança. Leve este documento com você sempre que for utilizar um serviço de saúde. Lembre-se que você é a pessoa que mais sabe sobre as necessidades da criança. Diga sempre aos membros da equipe de saúde tudo o que considera importante, mesmo que achar que as pessoas já sabem ou que talvez não seja relevante. Você é um membro da nossa equipe! Não tenha receio de perguntar!

Nome da criança: _____ Idade: _____ anos e _____ meses
Diagnóstico principal: _____ Data atual: ____/____/____
Comorbidades: _____
Nome do responsável: _____

Alergia a medicamentos: () sim () não. Caso sim, qual(is)? _____
Alergia a alimentos: () sim () não. Caso sim, a qual(is)? _____
Não se esqueça de sempre informar sobre a alergia ao(s) medicamento(s) em todas as consultas, internações ou qualquer encontro com profissionais de saúde!

Prescrição					Administração			
Medicamento	Dose	Via	Quantas vezes ao dia?	Indicação	Em qual horário toma?			Como preparar?
					Manhã	Tarde	Noite	

Uso de chá(s): () sim () não. Qual(is)? _____
Quando tomou pela última vez? ____/____/____ Hora: _____
Uso de fitoterápico(s): () sim () não. Qual(is)? _____
Quando tomou pela última vez? ____/____/____ Hora: _____

Perguntas/Dúvidas (razões adversas, queixas, alertas)

Reconciliação medicamentosa

Nome: _____ Unidade/Setor: _____
Data: ____/____/____ Horário: _____
Assinatura: _____
() COREN () CRM () CRF: _____

Reconciliação medicamentosa

Nome: _____ Unidade/Setor: _____
Data: ____/____/____ Horário: _____
Assinatura: _____
() COREN () CRM () CRF: _____

Figura 1 – Instrumento de reconciliação medicamentosa em pediatria destinado ao uso pelos familiares

RECONCILIAÇÃO MEDICAMENTOSA

Nome do paciente: _____
Data de nascimento: ____/____/____ Idade: _____ Peso: _____ kg Altura: _____ cm
Nome (responsável pela informação): _____
Diagnóstico principal: _____
Comorbidades: _____
Local de origem do paciente: () Ambulatório () Pronto-Socorro () UI Cirúrgica () UTIP () JUTIN () JUI Clínica () Centro Cirúrgico () Outro: _____ Data atual: ____/____/____

Alergia(s): () sim () não. Caso sim, qual(is)? _____

Medicamento	Dose	Via	Frequência	Data/Horário da última dose	Mantido	Suspensão	Alterado	Motivo(s) da alteração/suspensão

Medicamento(s) de uso no domicílio: _____

Uso de chá(s): () sim () não. Qual(is)? _____
Data do último uso: ____/____/____ Hora: _____
Uso de fitoterápico(s): () sim () não. Qual(is)? _____
Data do último uso: ____/____/____ Hora: _____

OBSERVAÇÕES (razões adversas, queixas, alertas)

Reconciliação medicamentosa

Nome: _____ Unidade/Setor: _____
Data: ____/____/____ Horário: _____
Assinatura: _____
() COREN () CRM () CRF: _____

Reconciliação medicamentosa

Nome: _____ Unidade/Setor: _____
Data: ____/____/____ Horário: _____
Assinatura: _____
() COREN () CRM () CRF: _____

Figura 2 – Instrumento de reconciliação medicamentosa em pediatria destinado ao uso por profissionais de saúde — enfermeiros, médicos e farmacêuticos

DISCUSSÃO

Para a elaboração dos instrumentos propostos, foi realizada busca por evidências que demonstrassem aspectos relacionados aos principais erros na medicação em pediatria e reconciliação medicamentosa. Observou-se que os momentos de maior vulnerabilidade para a ocorrência dos erros relacionam-se com a transição de cuidados, ou seja, os momentos de admissão hospitalar, transferência intra-hospitalar e alta são ideais para a aplicação dos instrumentos elaborados⁽¹⁸⁾. Após três rodadas de validação com especialistas, foi possível obter um consenso quanto aos itens integrantes dos instrumentos elaborados.

Os instrumentos propostos foram validados após três rodadas da Técnica Delphi, com IVC dos instrumentos em todas as rodadas superior a 0,80. Necessitou-se revisão em itens especificamente relacionados ao entendimento de construtos da terapia medicamentosa e em outros de identificação da criança, sendo sugeridas ainda modificações de apresentação. Após esse processo, foi possível disponibilizar instrumentos especificamente desenvolvidos para a reconciliação medicamentosa pediátrica realizada por profissionais e famílias, configurando proposição inédita, mas que carece de implementação prática a fim de verificar sua efetividade na redução de erros na medicação em pediatria. Durante sua utilização, a família deverá ser informada, inclusive, de que deverá trazer sempre esse instrumento consigo durante a passagem da criança pelos serviços de saúde, na Atenção Primária, Secundária ou Terciária⁽¹¹⁾. Identifica-se, assim, estratégia ainda não encontrada em demais publicações sobre o tema na literatura nacional⁽¹⁹⁾, sendo consoante com a estratégia do Plano Nacional de Segurança do Paciente, da Anvisa, denominado "Pacientes para segurança do paciente nos serviços de saúde"⁽²⁰⁾.

Além dos conteúdos relativos à reconciliação medicamentosa para promoção de efetividade na terapia e redução de risco de erros na medicação identificados na revisão de literatura e aprimorados pelos especialistas no processo de validação, o instrumento destinado à família, a fim de incorporar os princípios do CCPF, foi formulado em uma linguagem acessível. O objetivo é que ela possa compreender as informações que serão fornecidas e questionadas, bem como sinta-se encorajada a participar, questionar e perceba-se como membro essencial da equipe de cuidado. Para tanto, foram usadas frases como: "Diga sempre aos membros da equipe de saúde tudo o que considera importante, mesmo que achar que as pessoas já sabem ou que talvez não seja relevante. Você é um membro da nossa equipe! Não tenha receio de perguntar!" A participação ativa do paciente e da família nesses momentos é uma maneira de reduzir o erro na medicação, porque ambos têm direito e espaço de fala perante o tratamento, e tal participação faz com que se sintam mais à vontade com a equipe, criando, assim, uma relação de respeito e confiança⁽²¹⁾.

No instrumento, há uma mensagem com a finalidade de alertar a família sobre a importância de comunicar a equipe sobre as alergias da criança: "Não se esqueça de sempre informar sobre a alergia ao(s) medicamento(s) em todas as consultas, internações ou qualquer encontro com profissionais de saúde!" Sabe-se que, dentre as reações adversas a medicamentos, a hipersensibilidade caracteriza-se por uma reação evidenciada por sinais e sintomas não previsíveis após a exposição a algum fármaco. Segundo o

estudo, a incidência de reações adversas relacionadas à hipersensibilidade em pacientes pediátricos pode chegar a 10%, com aumento em crianças menores de 2 anos⁽²²⁾.

A comunicação interprofissional inadequada é um dos principais fatores que influenciam na ocorrência de erros na medicação⁽²³⁾. Os instrumentos elaborados são facilitadores da comunicação profissional-família, tanto verbal quanto escrita, para que a continuidade da terapia medicamentosa aconteça. A reunião de informações importantes em um único local viabiliza um manejo mais adequado e assertivo da terapia medicamentosa, possibilita ainda uma assistência integral ao permitir que o profissional avalie, em um só documento, as informações atualizadas acerca da terapêutica⁽²⁴⁾.

Atualmente, as evidências sobre as intervenções fitoterápicas mantêm-se em ascensão, visto que a eficiência do uso de algumas plantas medicinais e chás já foi comprovada cientificamente. Portanto, se o tratamento tem uma ação farmacológica e, conseqüentemente, efeitos fisiológicos, deve ser dada atenção ao uso simultâneo de outras terapias: por exemplo, o chá da folha de camomila (*Matricaria chamomilla L./Chamomilla recutita L.*) interage farmacologicamente com a Aspirina®, potencializando o risco de hemorragia no paciente. Sendo assim, ao se considerar a possibilidade de um evento adverso relacionado à terapia medicamentosa com possível dano ao paciente, deve-se atentar ao uso dessas substâncias na internação e alta hospitalar⁽²⁵⁾.

Estudo recente mostrou evidências sobre a utilização de um instrumento capaz de promover a reconciliação medicamentosa dos pacientes em um hospital de oncologia no momento da internação. Como resultado, o instrumento permitiu que a instituição identificasse as possíveis causas de erros na medicação, e, conseqüentemente, a ocorrência deles foi reduzida; o método facilitou ainda o acompanhamento da terapia para doenças crônicas dos pacientes entrevistados⁽²⁶⁾. Resultados semelhantes foram observados num estudo realizado na Austrália, em que um formulário de reconciliação medicamentosa foi aplicado no momento da internação, possibilitando a identificação de discrepâncias recorrentes, com conseqüente redução de erros relacionados à terapia medicamentosa⁽²⁷⁾.

Destaca-se a política da OMS no Plano de Ação Global para a Segurança do Paciente 2021 a 2030, ao considerar como visão o alcance de sistemas de atenção à saúde nos quais nenhum paciente é vítima de eventos adversos e nos quais todos os pacientes devem receber cuidados seguros e respeitosos, em todos os momentos e em todos os locais de atendimento. Para atingir a meta de alcançar o máximo possível de redução de eventos adversos evitáveis decorrentes de cuidados de saúde inseguros, em todo o mundo, destacam-se sete pilares nessa política. Dentre estes, os instrumentos aqui apresentados têm potencial para contribuir nos pilares de promoção da segurança nos processos clínicos, instituição de políticas para eliminar eventos adversos evitáveis e engajamento de pacientes e familiares como parceiros no cuidado⁽²⁸⁾.

A validação de conteúdo efetuada permitiu que especialistas na área propusessem modificações nos instrumentos elaborados; e sugerissem alterações nos itens que compõem os instrumentos de reconciliação medicamentosa, ao avaliarem a adequação, objetividade, pertinência, clareza na linguagem e compreensão do conteúdo.

Limitações do estudo

Destaca-se como uma possível limitação do presente estudo a validação do instrumento por apenas cinco especialistas, pois, apesar de terem experiência e domínio do tema, é preciso a ampliação da análise para se comprovar a pertinência dos itens e fluxos no alcance dos objetivos do instrumento.

Outra limitação refere-se à necessidade de análise do impacto dos instrumentos propostos na qualificação do processo de reconciliação medicamentosa na prática clínica: deve-se mensurar a influência do uso processual dos instrumentos na prevenção de erros na medicação em pediatria durante a transição tanto dos cuidados dentro de unidades hospitalares quanto para o cuidado domiciliar. Ademais, o uso prático por familiares permitirá identificar pertinência e nível de literacia requerido para utilização.

Contribuições para a área da saúde

A reconciliação medicamentosa é um método eficaz e eficiente para reduzir erros de medicação e promover segurança na saúde. Os instrumentos propostos podem ser amplamente utilizados no processo de terapia medicamentosa em pediatria em diferentes níveis de complexidade e atenção em saúde, por ter custo baixo de implementação e potencial para otimizar a terapia medicamentosa em momentos de transição de cuidado.

Tem-se como pressuposto que esses instrumentos têm capacidade de propiciar o compartilhamento de informações e fomentar a participação ativa do paciente e família nas questões

relacionadas ao uso de medicamentos e promoção de sua própria segurança.

CONCLUSÕES

Os instrumentos de reconciliação medicamentosa — um destinado aos profissionais de saúde para uso na transição dos cuidados em ambiente intra-hospitalar, e outro às famílias para transição dos cuidados hospital-domicílio — foram validados após processo de análise por especialistas. É possível prosseguir com estudo de implementação prática para identificar influência na segurança durante a reconciliação medicamentosa na transição dos cuidados, reduzindo erros na medicação por meio da participação da família.

FOMENTO

Este estudo é vinculado ao projeto do CNPq de número 308281/2015-2, com fomento oriundo da taxa de bancada do pesquisador, bem como da bolsa de iniciação científica PIBIC-Unifesp-CNPq.

COLABORAÇÕES

Aranha GA, Cruz AC e Pedreira MLG contribuíram com a concepção ou desenho do estudo/pesquisa. Aranha GA, Cruz AC e Pedreira MLG contribuíram com a análise e/ou interpretação dos dados. Aranha GA, Cruz AC e Pedreira MLG contribuíram com a revisão final com participação crítica e intelectual no manuscrito.

REFERÊNCIAS

1. Belela ASC, Pedreira MLG, Peterlini MAS. Erros de medicação em pediatria. *Rev Bras Enferm.* 2011;64(3):563-9. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672011000300022>
2. Wegner W, Silva MUM, Peres MA, Bandeira LE, Frantz E, Botene DZA, et al. Segurança do paciente no cuidado à criança hospitalizada: evidências para enfermagem pediátrica. *Rev Gaúcha Enferm.* 2017;38(1):e68020. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.01.68020>
3. Brito TCC, Veloso RCSG, Fernandes MR, Oliveira GC, Costa IHF, Araújo CF, et al. Conciliação de medicamentos na admissão hospitalar para a segurança do paciente: uma revisão. *Braz J Health Rev.* 2022;5(1):1613-29. <https://doi.org/10.34119/bjhrv5n1-136>
4. Biasibetti C, Rodrigues FA, Hoffmann LM, Vieira LB, Gerhardt LM, Wegner W. Segurança do paciente em pediatria: percepções da equipe multiprofissional. *Rev Min Enferm.* 2020;24:e-1337. <https://doi.org/10.5935/1415.2762.20200074>
5. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Gerência-Geral de Monitoramento de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária (GGMON) Notificação de eventos adversos a medicamentos [Internet]. 2021 [cited 2021 Mar 20]. Available from: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-alerta-para-riscos-do-uso-indiscriminado-de-medicamentos/20213103_comunicado_ggmon_003_2021.pdf
6. Frizon F, Santos AH, Caldeira LF, Menolli PVS. Reconciliação de medicamentos em hospital universitário. *Rev Enferm UERJ* [Internet]. 2014 [cited 2021 Mar 20];22(4):454-60. Available from: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/13775/10520>
7. Lima MADS, Magalhães AMM, Oelke ND, Marques GQ, Lorenzini E, Weber LAF, et al. Estratégias de transição de cuidados nos países latino-americanos: uma revisão integrativa. *Rev Gaúcha Enferm.* 2018;39:e20180119. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2018.20180119>
8. Acosta AM, Câmara CE, Weber LAF, Fontele RM. Atividades do enfermeiro na transição do cuidado: realidades e desafios. *Rev Enferm UFPE.* 2018;12(12):3190-96. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i12a231432p3190-3197-2018>
9. Lombardi NF, Mendes AEM, Lucchetta RC, Reis WCT, Fávero MLD, Correr CJ. Análise das discrepâncias encontradas durante a conciliação medicamentosa na admissão de pacientes em unidades de cardiologia: um estudo descritivo. *Rev Latino-Am Enfermagem* 2016;24:e2760. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.0820.2760>
10. Franco LF, Bonelli MA, Wernet M, Barbieri MC, Dupas G. Segurança do paciente: percepção da família da criança hospitalizada. *Rev Bras Enferm.* 2020;73(5). <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0525>

11. Cruz AC, Pedreira MLG. Patient-and Family-Centered Care and Patient Safety: reflections upon Emerging Proximity. *Rev Bras Enferm.* 2020;73(6):e20190672. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0672>
12. Dalfior CS, Ogradowski KRP, Marchiorato AAL, Hack NMRAS. O cuidado centrado na família no contexto da unidade de terapia intensiva neonatal. *Stud Health Sci.* 2022;3(1):369-80. <https://doi.org/10.54022/shsv3n1-033>
13. Haddad N. As etapas de um trabalho científico: material e métodos. In: *Metodologia de estudos em ciências da saúde: como planejar, analisar e apresentar um trabalho científico.* São Paulo, SP: Editora Roca; 2004. p. 11-18.
14. Mokkink LB, Prinsen CAC, Alonso J, et al. COSMIN Study Design checklist for patient-reported outcome measurement instruments [Internet]. Amsterdam: 2019 [cited 2021 Mar 20]. Available from: https://www.cosmin.nl/wp-content/uploads/COSMIN-study-designing-checklist_final.pdf
15. Oliveira F, Kuznier TP, Souza CC, Chianca TCM. Aspectos teóricos e metodológicos para adaptação cultural e validação de instrumentos na enfermagem. *Texto Contexto Enferm.* 2018;27(2):e4900016. <https://doi.org/10.1590/0104-070720180004900016>
16. Medeiros HP, Teixeira E. Metodologia da pesquisa para a enfermagem e saúde: resenha de livro. *Rev Bras Enferm.* 2016;69(5):943-4. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2015-0135>
17. Grant JS, Davis LL. Selection and use of content experts for instrument development. *Res Nurs Health.* 1997;20:269-74. [https://doi.org/10.1002/\(sici\)1098-240x\(199706\)20:3%3C269::aid-nur9%3E3.0.co;2-g](https://doi.org/10.1002/(sici)1098-240x(199706)20:3%3C269::aid-nur9%3E3.0.co;2-g)
18. Safe Healthcare Now. Medication reconciliation in acute care getting started kit [Internet]. 2011 [cited 2022 Feb 14]. Available from: https://www.ismp-canada.org/download/MedRec/Medrec_AC_English_GSK_V3.pdf
19. Graça DDC, Júnior WVM, Gomes Júnior SCS. Construction and evaluation of medication reconciliation instruments for pediatric patients. *Rev Bras Farm Hosp Serv Saude.* 2018;9(4):1-10. <https://doi.org/10.30968/rbfhss.2018.094.005>
20. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Pacientes pela segurança do paciente em serviços de saúde: Como posso contribuir para aumentar a segurança do paciente? orientações aos pacientes, familiares e acompanhantes. Brasília: Anvisa, 2017.
21. Ribeiro JP, Gomes GC, Thofehrn MB, Mota MS, Cardoso LS, Cecagno S. Criança hospitalizada: perspectivas para o cuidado compartilhado entre enfermagem e família. *Rev Enferm UFSM.* 2017;7(3):350-62. <https://doi.org/10.5902/2179769226333>
22. Viana JC, Abreu C, Gomes ER. Hipersensibilidade medicamentosa em crianças de idade pré-escolar. *Nascer Crescer* [Internet]. 2016 [cited 2021 Mar 15];25(1):15-21. Available from: https://www.researchgate.net/publication/317470287_Hipersensibilidade_medicamentosa_em_crianças_de_idade_pre-escolar
23. Pena MM, Melleiro MM. Eventos adversos decorrentes de falhas de comunicação: reflexões sobre um modelo para transição de cuidados. *Rev Enferm UFSM* [Internet]. 2018 [cited 2021 Mar 15];8(3):616-25. Available from: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/25432/pdf>
24. Weber LAF, Lima MADs, Acosta AM, Maques GQ. Transição do cuidado do hospital para o domicílio: revisão integrativa. *Cogitare Enferm.* 2017;22(3):e47615. <https://doi.org/10.5902/2179769225432>
25. Dias ECM, Trevisan DD, Nagal SC, Ramos NA, Silva EM. Uso de fitoterápicos e potenciais riscos de interações medicamentosas: reflexões para a prática segura. *Rev Baiana Saúde Pública.* 2017;41(2):a2306. <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2017.v41.n2.a2306>
26. Figueira PHM, Cataldo RRV, Miranda ES, Mosegui BGB. Método estruturado para a prática de conciliação medicamentosa em hospital oncológico [Internet]. *Sist Gestão* [Internet]. 2019 [cited 2021 Mar 20];14(3). Available from: <http://www.revistasg.uff.br/index.php/sg/article/view/1578>
27. Wai A, Salib M, Aran S, Edwards J, Patanwala AE. Accuracy of patient self-administered medication history forms in the emergency department. *Am J Emerg Med.* 2019;38(1):50-54. <https://doi.org/10.1016/j.ajem.2019.04.016>
28. World Health Organization (WHO). Global patient safety action plan 2021-2030: towards eliminating avoidable harm in health care [Internet]. Geneva; 2021 [cited 2021 Aug 13]. Available from: <https://www.who.int/teams/integrated-health-services/patient-safety/policy/global-patient-safety-action-plan>